



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941  
E-mail: [dep.iesussergio@camara.leg.br](mailto:dep.iesussergio@camara.leg.br)

- a) Quais são os números oficiais de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, registrados pelo governo federal no período de 2000 até 2019? Elencar ano a ano.
- b) Qual o montante de recursos destinados nos orçamentos do governo federal nos anos 2019 e 2020 para ações visando a diminuição de ocorrências de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho?
- c) Como o governo federal está fazendo o enfrentamento do problema de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, quais são as ações e programas oficiais para minimizar essas ocorrências?



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941  
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

## **JUSTIFICAÇÃO**

A diminuição recorrente ano após ano de recursos orçamentários destinados à fiscalização trabalhista parece mandar um recado claro para o empresariado brasileiro: o governo usará tapa-olho para possíveis aumentos da exploração da mão de obra empregada, pras condições de saúde e segurança no trabalho, mesmo que isso venha repercutir nas finanças do Sistema Único de Saúde e da Seguridade Social que é para onde recorre o trabalhador que sofre acidente de trabalho ou precisa afastamento da atividade laboral por doença.

A mensagem subliminar que o governo federal passa ao promover um afrouxamento da legislação trabalhista e da fiscalização, como ocorrido por meio da MP 905/2019, que Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências, havia sido amplamente informada pelo então candidato Jair Bolsonaro durante o processo de campanha eleitoral em 2018: “menos direitos para mais empregos”. Embora os empregos não tenham surgido durante todo o primeiro ano de seu governo, os direitos foram desaparecendo a cada nova ação do atual mandatário federal.

As consequências mais nocivas desse ataque promovido contra os direitos trabalhistas, conjugado com a diminuição de recursos para a fiscalização trabalhista e na redução da presença do Estado na fiscalização do mundo do trabalho, é que o trabalhador, sem a quem recorrer, estará abandonado à própria sorte em 2020 porque o auditor do trabalho não estará nas cidades do interior, pois não terá recursos para deslocamentos.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro de Estado da Saúde que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2019.

**JESUS SÉRGIO**  
**Deputado Federal – PDT/AC**